



Associação Brasileira de Pesquisadores
em Jornalismo

A produção noticiosa telejornalística e o uso de dispositivos didáticos na apresentação de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância

Antonio Pinheiro Torres Neto¹

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo: A utilização de imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância se tornou algo rotineiro no telejornalismo brasileiro. Se por um lado tais equipamentos de visibilidade revelam cenas de difícil captura (dados os riscos e a imprevisibilidade envolvidas nas situações retratadas), por outro impõem à instância jornalística a necessidade de adotar estratégias que auxiliem os seus telespectadores na compreensão destes mesmos flagrantes. Partimos assim do pressuposto de que os dispositivos didáticos (SILVA, 2018) representam, em parte, a possibilidade de atender a essa demanda dos jornalistas. Para verificarmos esta hipótese, analisamos três notas cobertas produzidas pelo telejornal CETV 1ª Edição, onde constatamos a sobressalência do dispositivo didático da aproximação como forma de “guiar” a audiência nos momentos em que imagens de câmeras de vigilância são apresentadas.

Palavras-chave: Telejornalismo; Videovigilância; Dispositivos didáticos; CETV 1ª Edição.

1. Modos de ver e entender

A adoção de imagens de câmeras de vigilância na produção noticiosa telejornalística é um fenômeno que tem despertado nos últimos anos o interesse de pesquisadores do campo do Jornalismo (OLIVEIRA, 2019; ANDRADE, 2018; CALZADO, GÓMEZ, LIO, 2017; MARTINS, 2015; ROCHA, 2014; MONTEIRO,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa PráxisJor. E-mail: antoniopinheiro.cariri@gmail.com



2009). É notório, como apontam os estudos, que o material produzido pela prática da videovigilância tem deixado de estar circunscrito aos ambientes de controle e segurança (seu “lugar de origem”), passando assim a servir também de conteúdo informativo para a instância jornalística. Isso porque ao estabelecerem uma presença ubíqua no cotidiano contemporâneo, tais dispositivos de visibilidade têm tornado visíveis uma série de situações que de outra maneira seriam pouco prováveis de serem capturadas. O telejornalismo, ao perceber esse potencial imagético, tem adotado a postura de se apropriar de tais flagrantes como forma de noticiar eventos cotidianos.

Como nos explica Oliveira (2019, p. 20): “Inicialmente, sua finalidade é prover segurança, ou seja, a priori, [as câmeras de vigilância] não foram instaladas para finalidades jornalísticas. Entretanto, vez ou outra e despreziosamente, esses dispositivos registram flagrantes, fazendo-o de forma aleatória”. Se por um lado a apropriação desse material garante às empresas jornalísticas a publicização de acontecimentos que não seriam facialmente captados pelas câmeras dos seus próprios repórteres cinematográficos, por outro, lhes coloca a necessidade de ter de lidar com as singularidades concernentes à estrutura formal que as caracterizam.

Estamos nos referindo, mais especificamente, ao fato destas imagens não serem produzidas segundo o rigor técnico concernente ao jornalismo televisivo (ANDRADE, 2018), motivo que acarreta, na maioria das vezes, a obtenção de cenas com baixa resolução, além de um ângulo de visão único e assim estático. Nos parece, dessa maneira, que os meios de comunicação, ao se apropriarem destes flagrantes, precisam adotar estratégias que ajudem a conduzir o telespectador no momento em que ele entra em contato com acontecimentos capturados por câmeras de vigilância. Seria uma forma de facilitar o preenchimento das potenciais lacunas e revelar os detalhes que porventura não se mostram com tanta facilidade ao primeiro olhar.

Partimos assim do pressuposto de que os dispositivos didáticos (SILVA, 2018) representam essa expectativa de os jornalistas conseguirem apresentar para o seu público situações cotidianas de forma entendível, livre de ruídos e de maneira instantânea, mesmo aquelas que são provenientes dos dispositivos de videovigilância. Conforme nos explica Silva (2018, p. 180): “(...) eles [os dispositivos didáticos] são recursos usados na construção dos fatos e relatos telejornalísticos para produzir um conteúdo mais compreensível para uma audiência”.

.....

Dessa maneira, queremos efetuar neste artigo uma análise exploratória (BONIN, 2012), com o intuito de construir aproximações empíricas e verificar quais são os dispositivos didáticos mobilizados pelos apresentadores do telejornal CETV 1ª Edição², ao publicizarem acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância. Tomaremos como base os dispositivos didáticos propostos por Silva (2018): *contextualização; interpretação das falas dos especialistas; reforço; descrição em arte; comparação; exemplificação; complementariedade; detalhamento; aproximação; transcrição de fala; personificação e dramatização/fundo moral da história real.*

Como forma de verificarmos a presença de tais dispositivos em notícias telejornalísticas, selecionamos três notas cobertas³ que trazem como destaque eventos capturados por equipamentos de videovigilância e que demonstram a ocorrência das categorias citadas. São elas: 1) “*Furto de fios (Ação ocorreu na Sapiranga, em Fortaleza)*” – 07/10/2020; 2) “*Furtos de bicicleta em condomínios de Fortaleza (Imagens flagram momento da ação de bandidos)*” – 19/10/2020, e 3) “*Pizzaria é assaltada no Passaré (Dupla armada levou dinheiro, celulares e duas televisões)*” – 20/10/2020. Ao buscarmos lançar um olhar analítico acerca dos dispositivos didáticos mobilizados especificamente pelos âncoras, entendemos que as notas cobertas representam uma dimensão relevante para tal.

Diante do objetivo a que se propõe o presente artigo, nos parece pertinente contextualizarmos, de início, a discussão teórica que envolve a utilização das imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância no telejornalismo. Isso inclui abordarmos a dimensão sociotecnológica desses equipamentos e, ao mesmo tempo, apontarmos as imbricações que se consolidam entre a instância jornalística e o conteúdo derivado das práticas de videovigilância.

2. Cultura da vigilância: segurança, entretenimento, performatividade...

² O telejornal CETV 1ª Edição é produzido pela TV Verdes Mares (afiliada da Rede Globo no Ceará), e vai ao ar de segunda-feira a sábado, a partir das 11h45. Para mais informações: <https://glo.bo/3q0fLIW>

³ A nota coberta se caracteriza, do ponto de vista formal, como uma informação que é narrada pelo próprio apresentador(a) do telejornal. Assim, enquanto o acontecimento está sendo relatado pelo âncora, imagens acerca do assunto tratado vão sendo exibidas.



A presença das câmeras de vigilância em nosso cotidiano se tornou, no atual contexto, algo rotineiro e naturalizado. Elas integram a paisagem urbana contemporânea, representando “(...) um olhar que, pela sua multiplicação em locais públicos, semipúblicos e privados, tende a descortinar a cidade e os corpos passantes” (BRUNO, 2013, p. 87). É quase inevitável não nos depararmos, em algum momento do dia, com a sua materialidade. Vivenciar o mundo contemporâneo inclui, para o bem ou para o mal, ter de lidar com esses dispositivos de visibilidade.

É evidente que existe uma base de sustentação, digamos assim, social e tecnológica por trás de toda essa naturalização. Ou seja, não se trata de um processo que acontece de fora para dentro, um mundo reificado (BERGER, LUCKMANN, 2014), mas sim de iniciativas que surgem para contemplar os anseios compartilhados pelos indivíduos. Como nos explica Lyon (1994), as práticas de vigilância estão presentes na humanidade desde os tempos mais remotos, sendo empregada, por exemplo, por governantes de civilizações egípcias antigas com finalidades fiscais e imigratórias.

Avançando no tempo e olhando para as democracias modernas, o pesquisador destaca que é através da construção e manutenção de bases documentais, acerca das populações, que os governantes buscam obter uma eficiência técnica e a previsibilidade necessária para que determinadas políticas públicas sejam implementadas, assim como direitos civis sejam assegurados, tais como a participação em eleições, o acesso a programas assistenciais, campanhas de vacinação etc. Dessa forma, e considerando o panorama mais amplo aqui pontuado, podemos vislumbrar as duas faces da vigilância, constituídas, simultaneamente, por uma via de controle social (coercitiva) e também de garantia de acesso aos direitos individuais e coletivos (participativa).

É importante destacar que esta é uma visada teórica inscrita ao ter como base de análise um momento histórico particular no qual as práticas de vigilância eram levadas a cabo, em maior número, apenas pelo Estado. O cenário atual, entretanto, acaba por impor uma ampliação das facetas que envolvem o monitoramento social. Isso porque as pessoas passam a participar ativamente desse processo, imprimindo tentativas de regular sua própria vigilância e a que deve ser aplicada sobre os outros. Estaria emergindo, nesse sentido, uma cultura da vigilância (LYON, 2018).

O que se pretende dizer com essa expressão? É o sentido (...) de que a vigilância se torna parte de todo modo de vida. Daí meu uso da palavra *cultura*. Não é mais algo apenas externo que se impõe em nossa vida. É algo que os cidadãos comuns aceitam – deliberada e conscientemente ou não –,

.....

com que negociam, a que resistem, com que se envolvem e, de maneiras novas, até iniciam e desejam. O que antes era um aspecto institucional da modernidade ou um modo tecnologicamente aperfeiçoado de disciplina ou controle social hoje está internalizado e constitui parte de reflexões diárias sobre como são as coisas e do repertório de práticas cotidianas (LYON, 2018, p. 152-153).

Passamos a considerar então as práticas de vigilância em um amplo espectro das ações cotidianas, atendendo a interesses os mais diversos, extrapolando assim a noção de que ela seria efetuada apenas pelo Estado. A respeito disso, aliás, Bruno (2013) nos explica que a vigilância contemporânea se exerce a partir de três circuitos principais que se retroalimentam: 1) os circuitos de segurança e controle; 2) os circuitos de visibilidade midiática; 3) os circuitos de eficácia informacional. Isso nos leva a entender que a sua significação social pode ser plural, abarcando não apenas a dimensão da segurança e da suspeição, mas reunindo também prazer, entretenimento, performatividade, entre outras. Ou seja, “(...) os atuais processos de vigilância só podem ser entendidos se levarmos em conta que as ações que os constituem são distribuídas por diferentes setores cujos interesses e perspectivas são múltiplos e não obedecem a nenhum princípio unificado” (BRUNO, 2013, p. 25).

Dentre o amplo leque de práticas que se processam no contexto aqui desenhado, temos um interesse especial nas câmeras de vigilância em função do movimento de apropriação que os telejornais têm efetuado em torno das cenas geradas por tais equipamentos. Como nos fala Andrade (2018), os flagrantes oriundos dos equipamentos de videomonitoramento têm rivalizado com as imagens profissionalmente produzidas pelas emissoras de televisão na composição dos noticiários, reforçando assim uma das facetas da vigilância contemporânea: a dos circuitos de visibilidade midiática.

3. Da sala de controle para o telejornal

A legitimação das câmeras de vigilância em espaços públicos, semipúblicos e privados guarda forte relação com uma promessa tecnológica acerca da capacidade que estes equipamentos teriam de solucionar as problemáticas da insegurança e da violência urbana. Como nos fala Bruno (2013, p. 37): “Os vínculos entre segurança e vigilância são hoje mais uma vez renovados, e um dos seus elementos mais determinantes consiste na noção de risco, que confere um estatuto particular à vigilância como meio de garantir



segurança”. Em meio a esta psicosfera do medo (MELGAÇO, 2010), passamos a aceitar a presença constante do videomonitoramento como uma forma de, em tese, reduzir os riscos imaginados e reais que nos cercam.

O contexto legal e tecnológico que envolve as câmeras de vigilância no Brasil está em constante atualização. Na atualidade, talvez um dos elementos mais notáveis, em termos tecnológicos e das consequências legais geradas, seja a adição de uma camada “inteligente” aos equipamentos de videovigilância, proporcionando uma automatização da percepção. Nesse estágio, temos a máquina agindo automaticamente na efetivação da análise de cenas, buscando reconhecer aquilo que julga como regularidade ou irregularidade. “Neste sentido, o sistema incorpora de modo automatizado e pré-programado funções cognitivas, mais especificamente perceptivas e atencionais. A máquina de visão não simula apenas o olho, mas as faculdades de seleção e análise do que se vê” (BRUNO, 2012, p. 51).

É óbvio que a implementação desta camada “inteligente” as câmeras de vigilância têm gerado questionamentos. A começar pelo fato de que está em jogo a propagação de um olhar algorítmico, responsável por determinar quais são os corpos e os movimentos aceitáveis por quem está sob escrutínio. A definição dos padrões adotados pelo algoritmo, entretanto, não surge do nada. Pelo contrário, eles representam entendimentos securitários compartilhados socialmente, o que acaba abrindo brechas para a promoção de mais exclusão social. Além disso, apesar do aumento da operacionalização das câmeras de vigilância inteligentes pela Administração Pública, muitas iniciativas não possuem legislação que estabeleça parâmetros de uso⁴.

Através da explanação teórica feita acima, podemos perceber que, à princípio, as câmeras de vigilância cumprem um papel vinculado ao campo da segurança. Porém, e conforme temos argumentado neste trabalho, as imagens geradas por elas têm extrapolado cada vez mais o espaço das salas de controle (onde são geradas) e ganhado ampla visibilidade enquanto conteúdo informativo utilizado na produção de notícias no telejornalismo. Um dos aspectos que tem contribuído para isso está relacionado à capacidade que os equipamentos de videovigilância possuem de capturar flagrantes cotidianos, tornando disponível para a instância jornalística o acesso a acontecimentos

⁴ A esse respeito, ver: “Relatório sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial e câmeras de vigilância pela administração pública no Brasil”, desenvolvido pelo Laboratório de Políticas Públicas e Internet. Para mais informações: <https://bit.ly/3lzMpRy>



que de outra maneira seriam pouco prováveis de serem captados. “Estar frente ao fato tão logo ele acabe de acontecer é uma operação trabalhosa. O famoso flagrante, na grande maioria das vezes, requer uma enorme dose de sorte, pelo simples motivo de que não é possível prever um acidente ou um tiroteio” (OLIVEIRA, 2019, p. 14).

No caso das câmeras de vigilância, os flagrantes que são obtidos não derivam tanto da sorte, mas do simples fato de que ao atuarem de forma onipresente, 24 horas por dia, elas acabam inevitavelmente registrando situações potencialmente noticiáveis. Além disso, elas possibilitam um ganho em termos de perspectiva do assunto relatado ao revelarem facetas dos acontecimentos que antes dependiam de exercícios de reconstituição. Assim, “(...) enquanto o jornalismo trabalha com indícios do crime (aquilo que aconteceu e é reconstituído pela reportagem), as câmeras de vigilância mostram o próprio crime (o ocorrido em tempo real)” (MONTEIRO, 2009, p. 20).

Tal característica imprime às imagens de acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância uma promessa de transparência e de acesso a realidade sem mediações a partir das cenas que são produzidas fora do ambiente profissional do jornalismo, digamos assim. De acordo com Martins (2015), a utilização de imagens como as de câmeras de videovigilância inaugura novos efeitos de real para o jornalismo. Para a pesquisadora, frente a um público espectador letrado nas gramáticas midiáticas e cada vez mais desconfiado em relação a possíveis interferências ideológicas dos meios de comunicação, o uso desse tipo de conteúdo passa a ser adotado como uma estratégia de publicizar os acontecimentos de maneira pretensamente translúcida, revelando algo provindo da esfera do real, livre das representações tipicamente performáticas encontradas nos procedimentos técnicos e estéticos dos telejornais.

Apesar dessa aparente inexistência de interferência jornalística nos conteúdos provenientes dos equipamentos de videovigilância, é importante destacar que, na realidade, esse material “bruto” ao chegar nas redações passa por procedimentos de edição, sendo dotado de elementos que o aproxime da linguagem telejornalística (BECKER, 2016). Nesse sentido, essas imagens “(...) recebem cortes e destaques, procurando sentido dentro de uma perspectiva de enredo para a matéria produzida, e, em seguida, são cobertas por um texto desenvolvido de acordo com o interesse editorial inerente à programação do telejornal” (ANDRADE, 2018, p. 63).

Trata-se de algo imanente ao telejornalismo e que ao empreender sua busca constante por oferecer aos telespectadores um modo familiar de entender o mundo,

.....

fazem isso relatando as histórias cotidianas através de um diálogo singular de imagens e palavras, além da combinação de outros códigos audiovisuais (simulações gráficas, por exemplo). Conforme reforça Silva (2018, p. 144): “Como lugar de referência e segurança na vida de muitas pessoas, o telejornalismo é procurado para, e dele também exigido, a entrega de maneira fácil e acessível, o ‘conteúdo’ produzido em várias áreas, campos do conhecimento, em vários mundos”.

Em meio a esse processo é que vislumbramos os dispositivos didáticos (SILVA, 2018) como mecanismos, mobilizados pelos jornalistas, cujo intuito é facilitar a compreensão das notícias telejornalísticas. No caso dos acontecimentos capturados por câmeras de vigilância, nos parece que há uma necessidade ainda mais acentuada de a instância jornalística construir um modo específico de olhá-los e explicá-los para o seu público. Vale lembrar, mais uma vez, que tais flagrantes em muitas ocasiões podem não apresentar uma boa resolução, além de não seguirem os formatos de enquadramento costumeiros aos telejornais. Temos, nessa situação, câmeras estáticas, que filmam determinado ambiente a partir de um único ângulo, o que pode vir a requerer maior atenção para o acompanhamento da ação principal. Essas são questões que iremos analisar com mais detalhamento no tópico a seguir.

4. “Preste atenção nesse momento!”

Antes de iniciarmos a análise das três notas cobertas produzidas pelo CETV 1ª Edição, e que possuem como foco acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância, é importante que tenhamos uma noção dos aspectos que caracterizam os dispositivos didáticos elencados por Silva (2018). Por isso, iremos apresentá-los abaixo de acordo com a perspectiva proposta pelo autor.

Quadro 1 - Categorização dos dispositivos didáticos

Dispositivos didáticos	Principais características
Contextualização	Ao introduzir um assunto se busca fatos, entrevista e episódios anteriores que possam contextualizar o acontecimento atual. Facilita a compreensão de quem não está acompanhando os fatos e precisa saber motivos que geraram os desdobramentos
Complementaridade	Trecho de entrevista (sonora) que complementa, confirma, explica, brevemente, e complementa o discurso indireto e interpretações do repórter na construção do texto da reportagem.
Reforço	Nos textos em geral vem com termos, número, expressões repetidas, propositalmente, para fixar informação. Não gera, no entanto,



	pleonasma vicioso. É uma redundância proposital.
Exemplificação	Uso de exemplos hipotéticos, fictícios ou reais para explicar a adoção de mudanças, a aplicação de decisões ou repercussão de fatos. São usadas as expressões <i>por exemplo, como é o caso de</i> .
Detalhamento	Quando há uma preocupação explícita de esclarecer com mais detalhes o que foi dito. Palavras comumente usadas: <i>que nada mais é, a ideia é, em outras palavras, na prática</i> .
Descrição em arte	Descrição de números, frases, palavras, desenhos na tela para facilitar a compreensão e o entendimento. Informação visual com tópicos, frases ou palavras se unem ao texto falado para ajudar na fixação da informação.
Transcrição de fala	Recurso usado quando se tem apenas o áudio de um entrevistado e ele é importante o suficiente para que seja colocado. A fala é escrita na tela e é liberada junto com o áudio.
Interpretação de fala	Quando jornalistas interpretam trechos de entrevistas que foram separados para a reportagem. Responsáveis pela produção entendem que é essencial manter a sonora (discurso direto), mas também precisam explicar com outras palavras o que a fonte em sua fala legitimou.
Personificação	Uso de personagem, caso concreto, da vida real que represente a situação que se deseja explicar.
Dramatização/Fundo moral	Uso de recursos dramáticos para recontar a história com os personagens reais. Trechos são contados na mesma ordem que aconteceu e para deixar a lição de moral dos contos, personagens deixam uma mensagem forte que “deve” ser seguida como exemplo pelos telespectadores.
Aproximação	Repórter inclui-se nos dramas, fatos e problemas para aproximar-se. Ele é um cidadão e também sente o que a audiência sente. O uso de pronome e verbos na terceira pessoa (nós) provoca o efeito de inclusão.
Comparação	Uso de um fato, episódios ou falas do passado para explicar possíveis consequências e efeitos de fatos do presente.

Fonte: Silva (2018)

Um dos primeiros aspectos que gostaríamos de destacar ao olharmos para os dispositivos didáticos propostos por Silva (2018) e buscarmos um diálogo com as notícias veiculadas pelo CETV 1ª Edição está na dimensão da **aproximação**. É bastante visível como os âncoras do telejornal cearense adotam uma linguagem coloquial ao efetuarem a tessitura entre a narração dos fatos e as imagens dos acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância. Podemos perceber isso, por exemplo, na nota coberta “*Furto de fios (ação ocorreu na Sapiranga, em Fortaleza)*”⁵ – 07/10/2020, quando em diferentes momentos os apresentadores Luíz Esteves e Nádia Barros utilizam expressões de linguagem que estabelecem um diálogo flexível entre eles (os profissionais do meio de comunicação) e a sua audiência. Através de termos como “Repara agora”, “Presta atenção” ou “Olha só”, os apresentadores buscam aproximar o

⁵ Para assistir a matéria na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/8921025/>

telespectador da ação em desenvolvimento, além de guiá-lo em direção aos aspectos que a instância midiática considera relevantes na cena em desenvolvimento.

Quadro 2 - Trechos da nota coberta veiculada pelo CETV 1ª Edição no dia 07/10/2020

Luíz Esteves: “*Repara agora no flagrante que chegou aqui pra gente. O vídeo da câmera de segurança mostra o momento em que esse homem aí, ó, presta atenção, ele sobe num poste pra furta fios de internet, fios de energia. (...) Ele escala o poste numa rapidez, olha só.*”

Nádia Barros: “[...] *Agora o que chama a atenção é a cara de pau, né, Luíz? Ele passa horas ali, minutos ali enrolando o fio na cara limpa, sem preocupação nenhuma. Sobe, recolhe os fios, passa um tempo enrolando fio por fio. Sem preocupação.*”

Situação semelhante pode ser vista também em “*Furtos de bicicleta em condomínios de Fortaleza (Imagens flagram momento da ação de bandidos)*”⁶ – 19/10/2020, quando novamente o âncora se vale da coloquialidade no momento em que constrói o relato acerca do delito capturado pelo equipamento de videovigilância.

Quadro 3 - Trechos da nota coberta veiculada pelo CETV 1ª Edição no dia 19/10/2020

Luíz Esteves: “CETV de volta com uma série de *flagrantes que servem de alerta, hein? Atenção!* Imagens do circuito de segurança de um condomínio, *esse aí, olha aí,* flagraram o momento em que esse rapaz que está de camisa clara, branca, possivelmente, invade o local para realizar furtos. (...) *O que é que está acontecendo, né? Por que é que os bandidos estão se especializando em furta bicicletas? Observe que um já conseguiu descer pelo poste e tem um outro ali, ó, também querendo pular o muro.*”

Não é diferente na nota coberta do dia 20/10/2020, que traz o seguinte acontecimento: “*Pizzaria é assaltada no Passaré (Dupla armada levou dinheiro, celulares e duas televisões)*”⁷. Assim como ficou perceptível nos casos anteriores, vemos mais uma vez a preocupação por parte dos jornalistas em utilizar o dispositivo didático da **aproximação** como forma de estabelecer um diálogo menos burocrático e mais fluido com a audiência do CETV 1ª Edição, ao mesmo tempo em que procura facilitar a compreensão das imagens exibidas e obtidas a partir de câmeras de vigilância.

Quadro 4 - Trechos da nota coberta veiculada no dia 20/10/2020

Nádia Barros: “E a gente volta falando de um assalto que aconteceu no bairro Passaré, aqui na Capital. As câmeras de segurança flagraram toda a ação. O assalto aconteceu a uma pizzaria. (...) *Preste atenção nesse momento! Não satisfeito, o criminoso que está armado, obriga as duas mulheres a se deitarem no chão,*

⁶ Para assistir a matéria na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/8952608/>

⁷ Para assistir a matéria na íntegra, basta acessar: <https://globoplay.globo.com/v/8955702/>

.....

enquanto isso o comparsa recolhe até os aparelhos de TV que estão instalados nas paredes do estabelecimento. A todo momento eles se movimentam dentro ali da pizzeria. Olha lá, o outro foi do outro lado retirar o outro televisor, não tem muita dificuldade não. A ação é rápida”.

Analisando os trechos destacados, percebemos que o dispositivo didático da **aproximação** aparece como uma maneira de proporcionar “(...) a abertura para um texto mais dialogado, mais informal, gerando a aproximação e na tentativa de ‘desformalizar’ para ajudar na compreensão” (SILVA, 2018, p. 265). É uma forma também dos apresentadores se incluírem na situação, borrando os limites que os colocam como mediadores isentos da informação. Isso acontece, como destacado em passagem citada anteriormente, quando Luíz Esteves se pergunta sobre o que tem levado os bandidos a demonstrarem um interesse especial no furto de bicicletas em condomínios de Fortaleza. Assim como quando a jornalista Nádia Barros expressa sua indignação ao utilizar o termo “cara de pau” ao se referir ao ladrão de fios de internet, e também quando demonstra sua surpresa ao destacar que “até os aparelhos de TV” da pizzeria no bairro Passaré foram furtados. É uma forma de se colocar na situação e compartilhar um questionamento ou um sentimento que possivelmente também perpassa os telespectadores.

Vale a pena observar também como essa maneira coloquial e mais informal empregada no CETV 1ª Edição, ao relatar eventos flagrados por câmeras de vigilância, serve para auxiliar os apresentadores na descrição das cenas. Isso porque, conforme dissemos anteriormente, é necessário “guiar” o olhar do telespectador que se encontra diante de uma cena captada por meio de equipamentos de videovigilância, na maior parte das vezes, estáticos e conseqüentemente com um ângulo de visão limitado. Ou seja, a ação em desenvolvimento (seja um furto, um acidente de trânsito etc.) não necessariamente estará aparecendo no centro da tela, de forma nítida, mas em espaços periféricos (no canto esquerdo da tela, ao fundo, na parte inferior). É exatamente por conta disso que se utilizam expressões como “Presta atenção”, “Olha só”, “Observe que” como uma forma de destacar para a audiência quais são os aspectos que ele deve estar atento, para quais áreas do vídeo ele deve olhar e assim por diante.

Ao mesmo tempo em que há essa preocupação da narrativa textual proferida pelos apresentadores Luíz Esteves e Nádia Barros em conseguir trabalhar a atenção dos telespectadores por meio do dispositivo didático da **aproximação**, vemos igualmente a

.....

estratégia de repetição das imagens como uma alternativa para reforçar a compreensão do acontecimento flagrado. Assim, as situações mencionadas acima, como o furto de fios no bairro da Sapiranga (em Fortaleza) e o furto de bicicletas em condomínios na capital cearense, são reproduzidas duas vezes cada, provocando uma espécie de redundância imagética proposital na busca por uma melhor compreensão dos fatos.

É importante destacarmos a ocorrência da presença de outros dispositivos didáticos nas notas cobertas analisadas, tal como o da **complementariedade**, caracterizado pelos momentos em que informações obtidas por meio de entrevistas servem para confirmar ou explicar o discurso e as interpretações feitas pelos repórteres ou pelos apresentadores (como é o caso aqui). Nas situações analisadas, podemos verificar sua mobilização quando os âncoras do CETV 1ª Edição inserem em seus relatos a perspectiva de fala das pessoas que estavam implicadas nos acontecimentos flagrados pelas câmeras de vigilância, conforme podemos ver nos destaques abaixo:

Quadro 4 - Trechos da nota coberta veiculada no dia 07/10/2020

Luíz Esteves: *“Os moradores contaram que fizeram o boletim de ocorrência e que estão cansados, já não aguentam mais de ficar sem internet, sem energia por causa do furto desses cabos, e que isso tem comprometido o trabalho inclusive de algumas pessoas que dependem, né, da energia, da internet. Muito difícil, né?”*

Quadro 5 - Trechos da nota coberta veiculada no dia 19/10/2020

Luíz Esteves: *“Os moradores informaram que os casos aconteceram no bairro Couto Fernandes, na Capital, e a população informou que já registrou diversos boletins de ocorrência, mas até agora não houve um reforço na segurança, isso segundo a população”*.

5. Considerações finais

A partir dos exemplos analisados no presente artigo, buscamos verificar a existência de estratégias adotadas pelos apresentadores do telejornal CETV 1ª Edição ao relatarem acontecimentos flagrados por câmeras de vigilância. Apontamos os dispositivos didáticos (SILVA, 2018) como um dos elementos mobilizados pelos jornalistas nos momentos em que precisam transmitir de forma compreensível os eventos cotidianos, mesmo diante das restrições de ângulos ou baixa resolução intrínsecas às imagens de videomonitoramento. Dentre as categorias propostas por Silva (2018), percebemos que a **aproximação** obteve uma sobressalência quando olhamos para as três notas cobertas que integram o corpus de análise deste trabalho.



Gostaríamos de destacar, por outro lado, um aspecto que não consta entre as categorias propostas por Silva (2018), mas que parece ser utilizada também como uma forma de auxiliar a compreensão dos telespectadores ao se depararem com flagrantes noticiosos obtidos pelos equipamentos de videovigilância. Trata-se da repetição das imagens como uma possível estratégia de reforçar o entendimento acerca das cenas em desenvolvimento, evitando assim interpretações errôneas, bem como a falta de compreensão em torno da ação que se encontra sendo apresentada na tela da TV. Isso nos leva a pensar que as matérias produzidas a partir dos flagrantes obtidos por câmeras de vigilância inauguram a necessidade de outros dispositivos didáticos, para além dos que constam na categorização estabelecida por Silva (2018).

Por último, notamos a inexistência da utilização, por parte do CETV 1ª Edição, de recursos gráficos que costumam complementar simbolicamente as lacunas causadas pela baixa qualidade das cenas de câmeras de vigilância. Estamos nos referindo, mais especificamente, a “Discos que reforçam o contraste (claro/escuro) destacam pedaços significativos da imagem, determinantes para a visualização do que se narra, e conduzem os olhos do espectador para sobre os elementos eleitos para a costura sintática do discurso” (ANDRADE, 2018, p. 86). Obviamente, essa é uma constatação exploratória e que pode se mostrar de forma diversa ao ampliarmos o panorama temporal de análise, postura aliás que será adotada por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do doutorado. Nesse sentido, novas perspectivas, e novos dispositivos didáticos, poderão ser desvelados posteriormente.

Referência Bibliográficas

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **Telejornalismo apócrifo**: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância. Florianópolis: Insular, 2018.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo**: transições. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BONIN, Jiani Adriana. Pesquisa exploratória: reflexões em torno do papel desta prática metodológica na concretização de um projeto investigativo. *In*: XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

BRUNO, Fernanda. Contramanual para câmeras inteligentes: vigilância, tecnologia e percepção. **Revista Galáxia**, n. 24, 2012, p. 47-63.



_____. **Máquinas de ver, modos de ser:** vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CALZADO, Mercedes; GÓMEZ, Yamila; LIO, Vanesa. “El reality de la inseguridad”. Televisión, cámaras de vigilancia y nuevos modos de construcción de la noticia policial audiovisual. In: ROZO, Camilo Rios. **¿Nuevos paradigmas de vigilancia?** Miradas desde América Latina. Memorias del IV Simposio Internacional Lavits, Buenos Aires, 2016. Córdoba: Fundación Via Libre, 2017.

LYON, David. **The electronic eye:** the rise of surveillance society. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância:** perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade:** reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana:** da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2010.

MONTEIRO, Eliana. **Experiência, narrativa e informação:** o uso das novas tecnologias na construção de uma cultura de vigilância na televisão. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, William Silva de. **Os vídeos das câmeras de segurança no telejornal ESTV 1ª Edição:** do monitoramento à notícia. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

REIS, Carolina *et al.* **Relatório sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial e câmeras de vigilância pela administração pública no Brasil.** Brasília: Laboratório de Políticas Públicas e Internet, 2021.

ROCHA, Sabrina Medeiros da. **Telejornalismo: o uso das câmeras de vigilância nas reportagens da RBS TV de Passo Fundo.** 2014. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade de Passo Fundo, 2014.

SILVA, Laerte José Cerqueira da. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos:** as dimensões da função pedagógica do telejornalismo. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.